



SENADO FEDERAL

CURSO POLÍTICA E CIDADANIA

Construindo um novo Brasil



SENADOR RODRIGO ROLLEMBERG - PSB/DF



Básico

CURSO POLÍTICA E CIDADANIA

VOL.6

CIÊNCIA POLÍTICA, TEORIA E PRÁTICA

Sumário

1 – CIÊNCIA POLÍTICA: POR QUE E PARA QUE?	06
2 – O PODER DAS IDÉIAS	08
3 – A IDEOLOGIA	09

I – CIÊNCIA POLÍTICA: POR QUE E PARA QUE?

Todos nós já ouvimos falar em Ciência Política. Todos nós sabemos o que é a Política, o que nos leva necessariamente à nossa primeira dúvida: qual a diferença entre Política e Ciência Política? Uma resposta simples seria dizermos que a Política se pratica, a Ciência Política se estuda, se examina e se questiona, perguntando desde logo: - “Estudar Ciência Política porque e para que?” Esta questão não se restringe à Política e à Ciência que procura estudá-la, entendê-la e explicá-la. Refere-se a inúmeras outras atividades humanas, como a Economia, a Medicina e a Arquitetura.

O papel do Médico, profissional da Medicina, é estudar, entender, diagnosticar e atenuar os males que nos afligem, as doenças que nos ameaçam e das quais padecemos, com o objetivo de curá-las. O mesmo ocorre com os Arquitetos que projetam cidades, estudam sua evolução ao longo da História e se dedicam a tornar a vida humana mais confortável, as residências mais funcionais e os prédios mais eficientes, adaptados ao meio ambiente em que são construídos. Afinal, do avanço científico depende o progresso humano, das descobertas novas perspectivas de vida e mais comodidade para o ser humano.

A Política diz respeito, senão a todas, a pelo menos grande parte das atividades humanas. Quando falamos em política de saúde, em política econômica, em política educacional ou em política de desenvolvimento, estamos buscando entender e se possível explicar, o que é o Poder, como ele é exercido e de que forma pode ser usado, não em proveito pessoal, mas em favor de toda a Humanidade. Essa distância que separa a Política da Ciência Política, é a mesma que separa a Filosofia da Ciência. Os gregos que criaram as palavras e os conceitos que hoje separam a Ciência da Filosofia, criaram também os conceitos que tanto servem à Medicina, como foi o caso de Hipócrates, considerado o “Pai da Medicina” como o de Sócrates, Platão e Aristóteles, a mais famosa tríade de pensadores sobre a Política.

Não foram poucos os que, depois da Antiguidade clássica, continuaram a pensar e a criar conceitos sobre o Estado, os Governos, o poder e a Política, e a formular hipóteses sobre o qual seria o papel de cada uma dessas instituições. Nem mesmo a Religião e a Igreja estiveram ausentes desse debate e dessas preocupações, empenhadas em conciliar a espiritualidade e a devoção à divindade, com o atendimento de necessidades materiais do homem e da sociedade. Santo Ambrósio, Santo Agostinho e São Gregório, considerados “pais da Igreja”, estão neste caso de que Santo Tão Tomás de Aquino é o maior e o melhor exemplo.

O engajamento e a contribuição dos pensadores que deram continuidade à tradição grega de empenho pela vida pública, não se cingiram aos doutos e autoridades da Igreja. A tradição expandiu-se e a Itália renascentista conheceu aquele que, sendo pensador e estudioso da Política tornou-se o mais conhecido dos teóricos dessa área, o florentino Nicolau Maquiavel, autor, de *O Príncipe*. A evolução histórica das preocupações com a Política e o Poder, não cessaram com o fim do período conhecido como a Renascença. Prosseguiram com o aporte e contribuições que terminaram também por atingir a Religião, quando Martinho Lutero, na Alemanha, Calvino da França e Zwinglio na Suíça, lideraram a primeira divisão religiosa ao fundarem o Protestantismo.

O mundo civilizado estava se transformando e essas transformações tiveram inevitáveis repercussões na Política, sobretudo na Filosofia política, com a participação de teóricos como os ingleses Thomas Hobbes (1558 – 1674) e John Locke (1632 – 1704). Eles são autores do princípio da separação dos Poderes do Estado que viabilizou, simultaneamente, dois resultados práticos, o Parlamentarismo, com a regra de que “o rei reina, mas não governa”, segundo o modelo inglês ainda hoje vigente e o sistema representativo. O aprimoramento do sistema representativo recebeu outra valiosa contribuição, a do irlandês Edmund Burke (1729 – 1797). Coube a ele defender a transição do chamado “imperativo”, segundo o qual os representantes deviam obedecer a seus representados, do chamado “fiduciário” (de *fidúcia*, confiança em latim) que deu aos representantes, independência para o exercício de seus mandatos.

II – O PODER DAS IDÉIAS

Foram idéias, defendidas indistintamente pelos filósofos gregos, como Platão Sócrates e Aristóteles, por pensadores italianos como Maquiavel, por Bispos e Santos da Igreja, como Santo Ambrósio, Santo Agostinho, Santo Tomás de Aquino e por seus dissidentes, como Lutero, Calvino e Zwinglio, pelos filósofos ingleses, como Hobbes e Locke, e pelos que lhes seguiram, franceses como Montesquieu, suíços como Rousseau, franceses como Proudhon, alemães como Hegel e Marx, que mudaram não só a concepção das idéias que sustentaram os sistemas políticos, paulatina e progressivamente aperfeiçoados estimulados pela crítica. Essas mudanças que as idéias e os idealistas de todas as épocas defenderam, disseminaram e alimentaram, provocaram as mudanças que deram às idéias políticas, o privilégio de mudar o mundo da Política.

A lição que podemos tirar dessa longa evolução, é que são as idéias que inspiram e terminam por materializar os sistemas e instituições. Em outras palavras, as mudanças que a Política tem o poder de transformar em realidade, são produto das idéias que inspiram e terminam por materializar o que, antes das idéias, eram apenas aspirações. Parece ser uma conclusão lógica e inevitável que as idéias têm o poder de mudar a realidade, embora em algumas circunstâncias a realidade possa influir na transformação das idéias.

Esse conjunto de idéias sistematizadas, organizadas com base em argumentos lógicos que as tornam aceitáveis, e dotadas do poder de idéias, atende pelo nome de:

III – A IDEOLOGIA

O que é Ideologia? Como tantas outras, esta palavra também é de origem grega. Vem de Idea que deu idéia, em português e logos, saber, conhecimento. Pode-se definir o termo, também, como um sistema de idéias, como o faz o Aurélio, ou como “ciência que trata da formação das idéias” ou ainda, “sob o ponto de vista sociológico, como “interpretação subjetiva dos fenômenos sociais”. O Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa, acrescenta: “Maneira de pensar característica de um indivíduo ou de uma classe, dentro de suas convicções e convenções filosóficas, religiosas, jurídicas, sociais e políticas: a ideologia burguesa”.

Essa é uma forma simplificada de usarmos o termo em seu sentido geral. Entretanto, trata-se de uma palavra, um conceito com muitos significados. Foi usado pela primeira vez na obra (*Eléments d`Idéologie – Elementos de Ideologia*) publicado em 1801 pelo escritor Destutt de Tracy e, segundo esse autor é “o estudo científico das idéias e estas representam o resultado da interação entre o organismo e o meio ambiente”. Atendo-nos à linguagem corrente, podemos utilizar o termo como o conjunto de idéias em que as pessoas se baseiam para formar suas convicções, seja sob o ponto de vista político, econômico ou social.

Essa forma simplificada serve para explicar que, não só as pessoas, mas sobretudo os Partidos políticos, têm sua ideologia como aspiração ou proposta, através das quais procuram conquistar e vencer seus adeptos, seguidores e simpatizantes, a adotar as posturas e propostas de seus programas. Como vimos no início deste texto, a trajetória histórica que terminou transformando a Filosofia política em prática da Política e a prática da Política em Ciência Política foi o mesmo impulso que levou a UNESCO a convocar, no fim da Segunda Guerra Mundial, o colóquio de Paris que institucionalizou o estudo da Política, disseminando essa iniciativa entre as principais Universidades da época.

A fundação da ONU reeditando a Liga das Nações decorrente da Primeira Guerra mundial, em sua aspiração de criar mecanismos que evitassem os conflitos armados e buscassem soluções políticas para seus problemas, foi sem dúvida um esforço para substituir a via armada que é a solução destrutiva dos antagonismos, pela via pacífica que é o emprego da Política. Se a Liga das Nações não foi capaz de evitar os confrontos e enfrentamentos armados, teria a ONU a virtude de conseguir o fim das guerras? Não foi sem fundadas razões que se denominou de “Guerra fria”, a divergência que, ao fim da Segunda Guerra mundial (1939-1945), transformou antigos aliados no enfrentamento bélico, em adversários de cunho ideológico. Uma conclusão a que se chega, quando se constata que a Ideologia, assim como pode ser um poderoso aliado entre as pessoas, as instituições como os Partidos, e até entre as Nações, pode ser, também, um instrumento de confronto, quando a intolerância preside e se sobrepõe às relações entre as pessoas e as instituições.

Entre os fins da Ciência Política, está o de estudar essas questões que podem ser importantes instrumentos de entendimento, mas que, por intolerância, podem se transformar em justificativa para o enfrentamento.

Rodrigo Rollemberg - Senador

Senado Federal, ala senador Filinto Muller, gabinete 05

Telefone:. 3303-6640

Fax:. 3303-6647

CEP: 70.165-900

E-mails: rodrigo@rollemberg.com.br ou

rollemberg@senador.gov.br

www.rollemberg.com.br

